

## Povos Indígenas e Meio Ambiente Amapá e Norte do Pará

### PROGRAMA DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DAS TERRAS INDÍGENAS DO OIAPOQUE

Depois da demarcação das suas terras, concluída no decorrer dos anos 1990, os povos indígenas do Oiapoque ainda têm que enfrentar outros desafios para garantir sua qualidade de vida nessas terras, no presente e no futuro. Alguns dos problemas que enfrentam vêm de fora das terras indígenas, como o crescimento da ocupação no entorno com fazendas, assentamentos, empreendimentos e estradas, que impactam o modo de vida atual das comunidades indígenas da região. Outros desafios surgem dentro das terras indígenas, como o crescimento da população indígena, a necessidade de mais áreas para roça, intensificação no uso e consumo de recursos naturais na região, assalariamento, maior sedentarização, e a conseqüente diminuição de algumas espécies naturais importantes para subsistência das famílias.

Pensando nos efeitos que estão sendo e que ainda serão causados por essas alterações dentro e fora de suas comunidades, os representantes indígenas do Oiapoque propuseram a construção de um Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), como um instrumento para operacionalizar idéias e propostas que haviam sido discutidas e acordadas quando se elaborou o Plano de Vida dos Povos e Organizações Indígenas de Oiapoque, em 2009.

As terras indígenas do Oiapoque (TI Uaçá, Galibi, Juminã) somam 518.454 hectares, que abrigam uma população estimada em sete mil indivíduos, divididos em 37 aldeias e localidades adjacentes e pertencentes aos povos Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi Kali'na.

#### O QUE É O PGTA?

É uma forma de orientar o uso do território e dos recursos naturais das terras demarcadas, com o objetivo de atender as necessidades culturais, sociais e econômicas atuais dos povos que ali vivem e também conservar o meio ambiente para as futuras gerações. Um conjunto de objetivos, ações e atividades são pensados, discutidos, organizados e acordados para serem realizados a curto, médio e longo prazo, visando atingir este objetivo maior de gerir o território e os recursos naturais que existem nele. A esse conjunto de metas e ações dá-se o nome de Programa de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA).

A idéia de elaborar um Programa de Gestão Territorial e Ambiental foi formalizada em 2009, durante o lançamento do Plano de Vida dos Povos Indígenas de Oiapoque, em Macapá. O PGTA do Oiapoque foi construído para apoiar duas linhas temáticas do Plano de Vida: Território e Meio Ambiente e Produção. Quando se elaborou o Plano de Vida foram diagnosticados os principais problemas enfrentados pelos povos indígenas nas suas terras e foram discutidas maneiras de tentar resolvê-los para promover a melhoria de vida das pessoas nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Movimento Indígena, Território e Meio Ambiente e Produção.

#### O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PGTA

O PGTA foi construído em oficinas que reuniram caciques, agentes ambientais e professores indígenas, além de representantes de organizações não-governamentais parceiras dos povos indígenas de Oiapoque, como a TNC e o Iepé, e técnicos da Funai.

O processo de elaboração do PGTA, por meio de diversas oficinas, foi definido na Assembléia Anual de Avaliação dos Povos Indígenas de Oiapoque, na Aldeia Flexa, em fevereiro de 2010, quando se decidiu que no decorrer de um ano seriam realizadas oficinas para discutir o planejamento do trabalho; a realização de três oficinas temáticas - sobre controle territorial, manejo e uso sustentável de recursos naturais e sobre formação para a gestão ambiental -; e uma oficina para revisão dos eixos temáticos e elaboração de um arranjo institucional para sua implementação.



Participantes da última oficina do PGTA na aldeia Manga



Ana Paula da Fonte

Estas oficinas aconteceram entre fevereiro e dezembro de 2010, em várias aldeias e locais em Oiapoque, quando foi possível identificar e sistematizar os principais problemas socioambientais enfrentados hoje pelos povos indígenas da região, discutir propostas de soluções e pensar em ações concretas que pudessem contribuir para uma gestão coordenada do território e dos recursos existentes nas três terras indígenas de Oiapoque. Desse encontro surgiram diversas ideias, de todas estas pessoas e grupos, foram se combinando e formando os eixos principais do que seria o PGTA.

## PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Nas oficinas realizadas na aldeia Santa Izabel e Manga e no Museu Kuahi, em 2010, os participantes indígenas levantaram alguns dos principais problemas socioambientais que têm impactado seu modo e vida e o meio ambiente, dentro e fora das Terras Indígenas:

- Nascentes dos rios localizam-se fora das TIs e tem ocorrido desmatamento nas nascentes e nos rios para abertura de roças e pasto
- Asfaltamento da BR-156 e maior fluxo de veículos
- Invasões para retirada ilegal de recursos naturais nas TIs (pesca ilegal, retirada de madeira e caça predatória);

- Áreas de cultivo estão cada vez mais distantes, há desgaste do solo, com baixa produtividade e pouca diversidade de produtos cultivados; derrubada nas áreas de açaí e bacaba para plantio de mandioca, banana e roçados; e queimadas sem controle em áreas novas de

floresta para implantação dos roçados

- Transporte insuficiente para o escoamento da produção das áreas de cultivo para as Aldeias e destas para os centros de comercialização;

- Práticas predatórias de caça e pesca e práticas inadequadas de pesca durante a piracema
- Pouco conhecimento sobre as técnicas de beneficiamento de produtos extrativistas (óleos vegetais, frutas, fibras) e recursos madeiros
- Exploração inadequada dos recursos madeiros por indígenas e não-indígenas e extinção de madeira de lei (andioba, acapu, cedro etc).

## EIXOS TEMÁTICOS DO PGTA

Após esse amplo processo participativo, que envolveu muita discussão coletiva, o PGTA foi finalizado, com três eixos temáticos principais: Controle e Proteção Territorial, Manejo e uso sustentável de Recursos Naturais e Formação para Gestão Ambiental. Cada um deles tem um objetivo geral, que pode ser alcançado de muitas formas e por isto se divide em outros objetivos menores e mais específicos, que devem orientar as ações.

O eixo **Controle Territorial**, cujo objetivo geral é a proteção dos povos e das terras indígenas do Oiapoque, tem como objetivos específicos: fiscalização e monitoramento de pontos estratégicos das Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã e de seu entorno, bem como da rodovia BR 156 (que liga os municípios de Macapá a Oiapoque e atravessa a Terra Indígena Uaçá) e dos impactos de outros empreendimentos de infra-estrutura que afetam ou possam vir a afetar as Terras Indígenas; monitoramento e pesquisa de recursos naturais e proteção de recursos pesqueiros; e garantir estrutura de logística e comunicação para proteção das Terras Indígenas.

O eixo **Formação para a gestão territorial e ambiental**, cujo objetivo geral é instrumentalizar representantes indígenas para a proteção e controle do território, a preservação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, tem como objetivos específicos: ampliar os conhecimentos e mobilizar as comunidades indígenas sobre a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas do Oiapoque, elaborando e divulgando materiais educativos específicos, assim como garantir a capacitação, a formação, o reconhecimento e a remuneração dos Agentes Ambientais Indígenas.

O terceiro eixo, **Manejo e uso sustentável dos recursos naturais**, tem por objetivo geral conservar os ecossistemas com sustentabilidade para as populações indígenas e como objetivos específicos: manejo das populações de jacarés, quelônios, recursos pesqueiros e dos recursos extrativistas não-madeiros para o artesanato, comercialização e segurança alimentar; fortalecer atividades produtivas sustentáveis para a segurança alimentar; avaliar a situação das populações de espécies



de caça sujeitas a pressão; promover o enriquecimento de áreas de capoeira; garantir a integridade das bacias dos rios que passam pelas terras indígenas; e, por fim, controlar e combater incêndios.

## ARRANJO INSTITUCIONAL

Para o PGTA atingir seus objetivos foi discutido e aprovado um arranjo institucional, que é um desenho do conjunto de pessoas, associações e órgãos, que se articulam entre si, em diferentes níveis de decisões, e que assumem ações e diferentes papéis de acordo com sua atuação. Esse arranjo deve funcionar como quando se faz um mutirão para uma Assembléia: as pessoas das comunidades falam o que deve ser discutido e forma-se uma equipe para organizar as ações: há aqueles que organizam a pauta, as ações, os que pescam pra trazer comida, os que contribuem com combustível, os que mobilizam as pessoas. Assim também deve acontecer com o PGTA, cada pessoa ou instituição assumindo uma responsabilidade, para que ele dê certo.

Esse arranjo institucional prevê que o Conselho de Caciques, com representação de todas as aldeias, participe de todo o processo de negociação do PGTA e delibere sobre as ações e projetos. Ele também prevê as atribuições da Coordenação Regional e das coordenações técnicas locais da Funai, bem como das organizações indígenas, dos representantes das aldeias e das organizações parceiras, detalhando suas responsabilidades sobre cada tipo de ação necessária para que o PGTA alcance os resultados esperados.

O PGTA das Terras Indígenas de Oiapoque deverá fazer parte e ser apoiado por uma nova política de governo, que está sendo chamada de Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas-PNGATI. A proposta desta política é articular todos os órgãos do Governo Federal, envolvendo também os estados e municípios. A PNGATI foi preparada em 2010, com a participação de lideranças indígenas de todo o Brasil, inclusive de Oiapoque. Esta política definirá as prioridades e o modo de atuação dos diferentes órgãos do Governo Federal na promoção, financiamento e realização de programas de gestão territorial nas Terras Indígenas do país. As experiências dos Povos Indígenas de Oiapoque no seu Programa de Gestão Territorial e Ambiental está sendo vista como um exemplo a ser apoiado pela PNGATI.

A mobilização e construção do PGTA foi um esforço conjunto que envolveu representantes indígenas do Oiapoque, coordenações técnicas locais da Funai em Oiapoque, Coordenação Regional da Funai em Macapá e as organizações não-governamentais TNC e Iepé, que deram apoio técnico e financeiro por meio do Consórcio Paisagens Indígenas do Brasil- PIB, liderado pela TNC e composto pelo Iepé, COIAB, CIR e IIEB, com financiamento da USAID.



Ana Paula da Fonte

## ALGUMAS LIÇÕES APRENDIDAS NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PGTA

*"Os Povos Indígenas de Oiapoque estão sempre um passo a frente do que o governo quer fazer, porque já construíram o seu Plano de Vida."*

Josinei Aniká, cacique da aldeia Estrela

- Ao mesmo tempo em que estamos construindo o nosso Programa de Gestão Territorial e Ambiental para as terras indígenas do Oiapoque, estamos aprendendo sobre ele.
- O acúmulo de vários anos de trabalho sobre o tema Gestão Territorial e Ambiental nas terras indígenas de Oiapoque gerou grande consciência e preocupação ambiental por parte das comunidades indígenas, permitindo discussões ricas.
- O aliciamento para destruição vem de fora. Se as comunidades não estiverem preparadas, seu território corre um sério risco. O PGTA pode ajudar nessa preparação.
- O Agente Ambiental Indígena é referência para o processo de gestão territorial e ambiental. Por essa razão, é importantíssimo que continue recebendo formação continuada e seja reconhecido.
- A realização plena do PGTA depende da atuação conjunta dos parceiros junto aos Povos Indígenas do Oiapoque.

## PROPOSTAS DE NOVAS POLÍTICAS PARA A GESTÃO AMBIENTAL NAS TERRAS INDÍGENAS

### PNGATI

PNGATI significa **Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas**. Essa política foi proposta durante a 5ª reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, em 2008. Um Grupo de Trabalho, para elaborar um documento-base desta política, foi criado com membros do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Funai e de representantes indígenas das 5 regiões do país.

Este documento-base foi escrito e submetido à consulta dos Povos Indígenas. A primeira consulta foi realizada em Recife, em novembro de 2009, contando com a participação da região Nordeste, de Minas Gerais e Espírito Santo. Posteriormente, em dezembro, foi realizada a consulta das regiões Sul e Sudeste. Em 2010 foram consultados os povos de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e por fim, em Manaus, foi realizada uma reunião junto aos povos indígenas do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Rondônia e Roraima.

A proposta de criação da PNGATI tem como objetivo principal garantir e promover a conservação e o uso sustentável de recursos naturais dos territórios indígenas respeitando sua autonomia e formas próprias de gestão territorial. A PNGATI define diretrizes e objetivos estratégicos com a finalidade de garantir as condições de reprodução física e cultural dos povos indígenas e de reduzir a taxa de perda da biodiversidade, por meio da proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais nas terras indígenas e no seu entorno. Reconhecendo e valorizando as contribuições socioambientais indígenas para a manutenção da biodiversidade nos diferentes biomas brasileiros, a PNGATI pretende apoiar planos e iniciativas sustentáveis nas Terras Indígenas.

Embora a elaboração dessa nova proposta de política para a gestão ambiental e territorial nas terras indígenas tenha contado com a participação e colaboração de vários representantes indígenas (mais de 1.200 segundo dados do governo), o decreto para sua criação, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, no final de 2010, aguarda, há mais de um ano, a assinatura da Presidente Dilma Rousseff para virar realidade.



Mário Viçela/Funai

Quinta consulta sobre a PNGATI em Manaus

### GATI

Outra iniciativa do Governo Federal voltada à gestão dos recursos naturais nas terras indígenas é o **Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI**. Esse projeto, anteriormente conhecido como GEF Indígena, resulta de uma articulação entre representantes do movimento indígena, MMA, Funai, PNUD e GEF/ONU. Diferentemente da PNGATI, que ainda não foi aprovada, o GATI já está em execução.

O objetivo do GATI é fortalecer as práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais nas suas terras, consolidando a contribuição das Terras Indígenas como áreas essenciais para a conservação da diversidade biológica e cultural dos biomas florestais brasileiros.

Trinta e duas Terras Indígenas foram identificadas como áreas de referência para a execução do GATI. Entre elas estão as três terras indígenas do Oiapoque (Uaçá, Juminã e Galibi) e a Terra Indígena Wajãpi.

Essas novas políticas, que estão sendo elaboradas no âmbito do Governo Federal, partem do reconhecimento de que as práticas tradicionais de ocupação das terras indígenas e de uso dos recursos naturais foram fundamentais para manter as florestas em pé, e que apoiar ações dos povos indígenas em seus territórios contribui para evitar o desmatamento e para a manutenção da biodiversidade e conservação do meio ambiente nos diferentes biomas brasileiros.



O *Boletim Povos Indígenas e Meio Ambiente – Amapá e Norte do Pará* é uma publicação do Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena.

Tiragem: 4.000 exemplares

**Conselho editorial:** Denise Fajardo Grupioni, Dominique Tilkin Gallois, Lúcia Szmercsányi e Luís Donisete Benzi Grupioni

**Colaboração:** Ana Paula Nóbrega da Fonte, Roselis Mazurek e Decio Yokota

Esta publicação foi possível por meio do generoso apoio do povo dos Estados Unidos através da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é da responsabilidade dos autores e não necessariamente reflete a visão da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

#### Escritório do Iepé em Macapá:

Av. Raimundo Álvares da Costa 1689  
Macapá - AP - 68900-074

Tel/Fax: (96) 3223 7633 / 3223 2052  
sede-macapa@institutoiepe.org.br

[www.institutoiepe.org.br](http://www.institutoiepe.org.br)

Apoio:

